

2020

DADOS FORAM COLETADOS NO PERÍODO DE 20 DE JULHO E 21 DE AGOSTO DE 2020.

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA EM TEMPOS DE PANDEMIA

RELATÓRIO TÉCNICO | OUTUBRO DE 2020

GESTRADO
UFMG

G393

Docência na Educação Básica privada em tempos de pandemia
/Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente -
-Belo Horizonte, 2020.
28 p.: il.

Relatório realizado pelo Grupo de Estudos sobre Política
Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG)

1. Educação Básica. 2.Trabalho docente. 3.Pandemia. 4.Escola
Privada. I. Título.

CDU: 37-051(616-036.21)



Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
(GESTRADO/UFMG)

COORDENADORA:

Dalila Andrade Oliveira

VICE-COORDENADORAS:

Adriana Araújo Pereira Borges

Livia Maria Fraga Vieira

ESTATÍSTICO:

Edmilson Antonio Pereira Junior

PESQUISADORES:

Adriana Maria Cancelli Duarte

Alexandre William Barbosa Duarte

Ana Maria Alves Saraiva

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Anna Rachel Mendes Gontijo Mazoni

Aylanna Soares Araújo

Betânia Duarte Guimarães

Celsiane Aline Vieira Araújo

Cláudia Starling Bosco

Danilo Marques Silva

Deise Rosário Silva

Gustavo Soares Araújo

Henrique Oliveira Rachid Cançado

Jonas Aron Cardoso Diniz

Josiane Pereira Torres

Juliana de Fátima Souza

Kildo Adevair dos Santos

Leonardo de Oliveira Penna

Lucas Felicetti Rezende

Maikel Pons Giralt

Maíra Lana Kascher Santos

Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto

Maria Luísa da Silva Amâncio

Mércia de Figueiredo Noronha Pinto

Naiane Alves de Almeida

Pedro Henrique Fonseca e Silva

Sâmara Carla Lopes Guerra de Araújo

Sofia Constança Penido Miranda

Sullivan Ferreira de Souza

Tiago Antônio da Silva Jorge

www.gestrado.net.br

[instagram.com/gestradoufmg](https://www.instagram.com/gestradoufmg)

[facebook.com/gestradoufmg](https://www.facebook.com/gestradoufmg)

Av. Antonio Carlos, 6627 - UFMG Campus Pampulha - Belo Horizonte (MG) - Brasil - CEP: 31270-901

EXPEDIENTE

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Apresentação.....	07
Sobre a Pesquisa.....	08
1. Perfil dos Respondentes	
1.1 Características Demográficas.....	09
1.2 Vinculação Profissional.....	10
2. Condições de Trabalho	
2.1 Utilização de Tecnologias digitais.....	12
2.2 Novas Configurações da Atividade Docente.....	14
2.3 Desenvolvimento de Atividades Escolares remotas.....	14
2.4 Recursos Tecnológicos.....	15
2.5 Atividades Desenvolvidas.....	16
3 Suporte Institucional	
3.1 Suporte Oferecido Pela Rede/Escola.....	18
3.4 Contrato de Trabalho e Benefícios.....	20
4 Relação Com os Estudantes.....	22
5 Sentimentos em Relação ao Novo Contexto de Trabalho..	25
Notas Conclusivas.....	27





APRESENTAÇÃO

A pandemia de coronavírus (COVID-19) tem impactado fortemente os sistemas educacionais em todo o mundo. O isolamento social provocado por ela obrigou a suspensão das aulas presenciais nas escolas de Educação Básica e a busca de alternativas para a realização do trabalho pedagógico remotamente.

Além das complexas questões pedagógicas relativas ao ensino remoto, a discussão envolve o tema da infraestrutura, das condições sociais e de saúde de toda a comunidade escolar e as questões concernentes à formação e condições de trabalho dos(das) profissionais de educação para responder às exigências dessa eventualidade. Nesse contexto, a presente pesquisa “Docência na Educação Básica Privada em Tempos de Pandemia” buscou conhecer como os(as) professores(as) de estabelecimentos particulares de ensino no Brasil têm respondido às demandas trazidas pela reorganização do trabalho escolar em razão do isolamento social. A pesquisa procurou conhecer quais atividades estão sendo desenvolvidas pelos(as) docentes e em que condições, durante este período, além de suas percepções sobre o contexto da pandemia. Este relatório apresenta resultados desta pesquisa com a expectativa de que eles possam contribuir para o debate atual sobre as condições de oferta da Educação Básica durante a pandemia, bem como para as questões referentes ao futuro da educação escolar pós-pandemia no Brasil.



SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFGM), sob a coordenação da Profa. Dra. Dalila Andrade Oliveira.

O GESTRADO/UFGM foi responsável pelo desenho metodológico da pesquisa, construção do instrumento de coleta de dados, além da sistematização e análise das respostas.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *on-line* autoaplicado, disponibilizado na plataforma Google Forms. Os dados foram coletados no período de 20 de julho a 21 de agosto de 2020.

A pesquisa contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de

Ensino (CONTEE) na sua divulgação e na mobilização dos(as) professores(as) para responderem ao questionário.

A amostra da pesquisa foi constituída por 2.934 professores(as) de instituições privadas da Educação Básica. Isso após analisar o banco de dados e eliminar os questionários com preenchimento incompleto e os casos duplicados.

Sobre os tópicos pesquisados, as questões foram distribuídas em cinco blocos: 1. Informações básicas/Perfil; 2. Condições de trabalho; 3. Relação com os estudantes; 4. Formação; 5. Sentimentos em relação ao novo contexto de trabalho.

A seguir, alguns dos resultados obtidos na pesquisa.

1. PERFIL DOS RESPONDENTES

As primeiras informações sobre os(as) professores(as) das escolas privadas de Educação Básica foram referentes às características demográficas e à vinculação profissional.

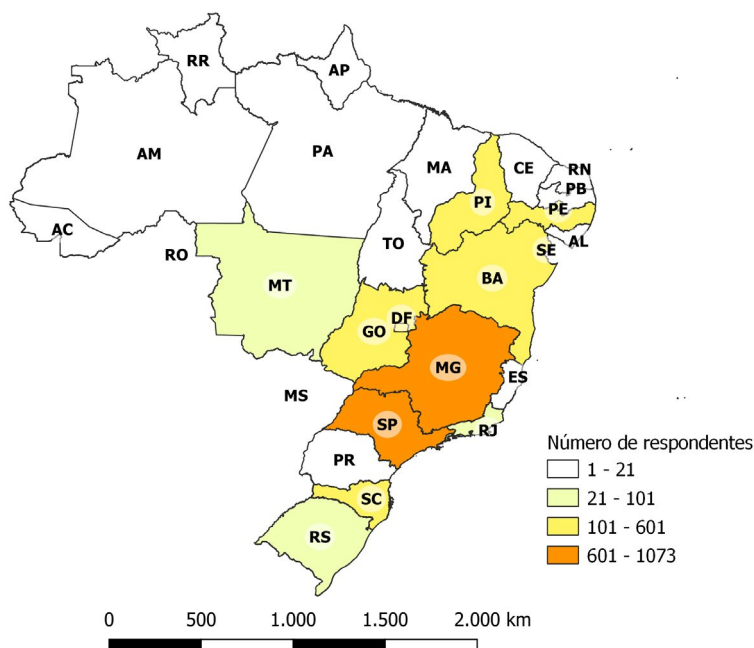
1.1 Características Demográficas

IDADE	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Até 29 anos	8,1%	1,9%	10,1%
de 30 a 39 anos	27,2%	8,3%	35,5%
de 40 a 49 anos	26,9%	7,0%	34,0%
de 50 a 59 anos	12,2%	5,1%	17,4%
60 anos ou mais	1,9%	1,2%	3,1%
	76,3%	23,7%	100,0%

As mulheres representam 76% dos respondentes, sendo que pouco mais da metade dos(as) professores(as) participantes da pesquisa é constituída por mulheres com idade entre 30 e 49 anos.

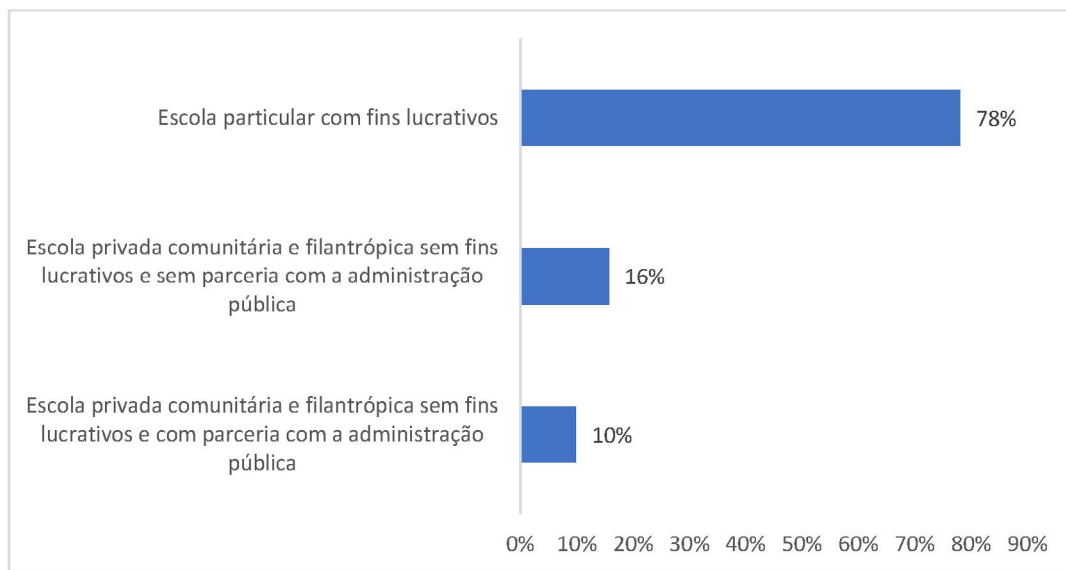
A pesquisa foi divulgada em todos os estados do país, mesmo naqueles cujos sindicatos dos trabalhadores em estabelecimentos particulares de ensino não se encontram filiados à CONTEE. Entretanto, o que se observa é uma participação bastante concentrada em poucos estados.

A pesquisa teve respondentes em 23 estados e no Distrito Federal. São Paulo e Minas Gerais foram os estados com maior número de respondentes, 1073 e 772 respectivamente.



ESTADO	RESPONDENTES
Acre	5
Alagoas	2
Amapá	1
Amazonas	1
Bahia	149
Ceará	11
Distrito Federal	157
Espírito Santo	19
Goiás	127
Maranhão	2
Mato Grosso	28
Minas Gerais	772
Pará	7
Paraíba	9
Paraná	6
Pernambuco	181
Piauí	132
Rio de Janeiro	83
Rio Grande do Sul	60
Rio Grande do Norte	1
Roraima	1
Santa Catarina	102
São Paulo	1073
Tocantins	5
Total	2934

1.2 Vinculação Profissional



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que disciplina a educação escolar em todo o território brasileiro, define, no seu artigo 19, alterado recentemente pela Lei nº 13.868, de 2019, as diferentes categorias administrativas das instituições de ensino:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

III - comunitárias, na forma da lei.

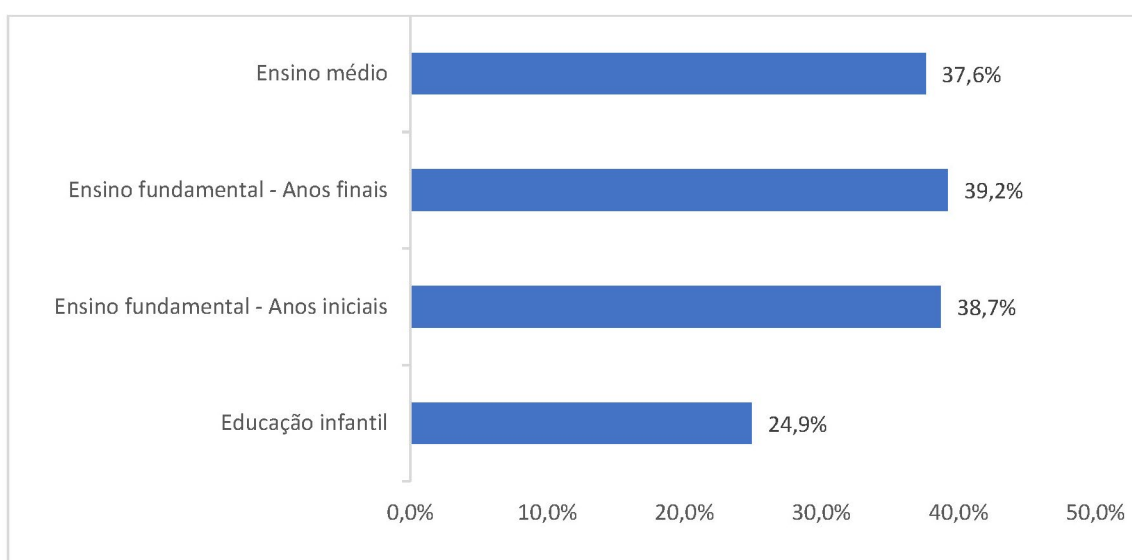
§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação

confessional e a ideologia específicas.

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei.

Essa distinção é importante para compreender a diversidade de situações que abrange a educação privada e a correspondência dessa variedade nos resultados encontrados. Entre os(as) respondentes da pesquisa, 78% atuam em escolas particulares com fins lucrativos.

Dado o tipo de contrato de trabalho que possuem esses profissionais e a organização da jornada de trabalho, observa-se a presença de mais de um vínculo empregatício em alguns casos. Em cada 10 docentes entrevistados, 2 também trabalham em alguma escola da rede pública.



De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2019, as matrículas em Educação Básica regular nos estabelecimentos particulares de ensino no Brasil representavam cerca de 18,5% do total.

Segundo a pesquisa, 76% dos docentes atuam apenas no ensino regular.

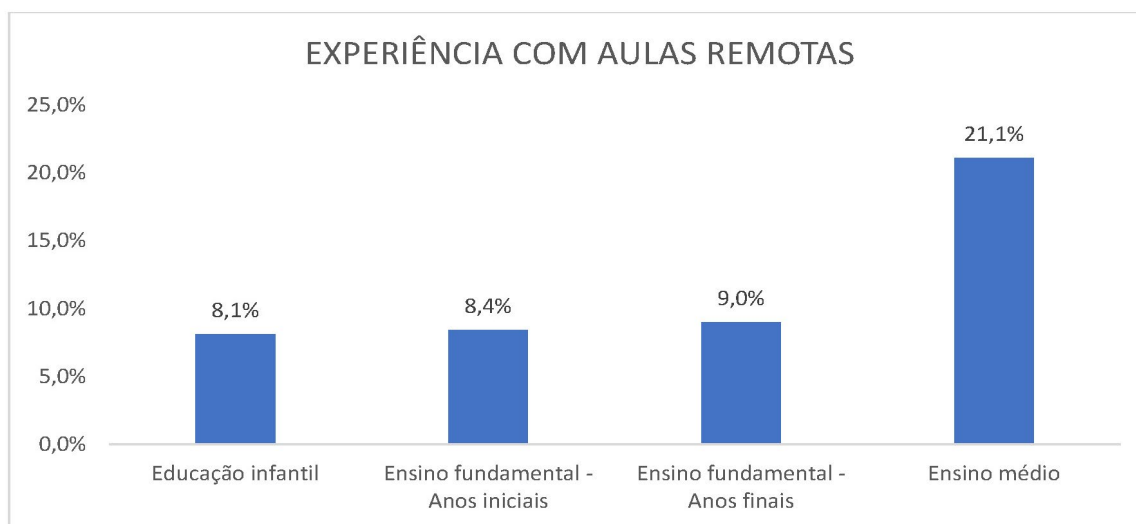
Em relação às modalidades de ensino, do total de respondentes: 12,1% atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA); 0,9% na Educação do Campo; 0,1% na Educação Escolar Indígena; 0,2% na Educação Escolar Quilombola; 6,2% na Educação Especial; e 6,5% na Educação Profissional e Tecnológica.

2. CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.1 Utilização de tecnologias digitais

Antes mesmo da pandemia, as tecnologias digitais já se encontravam cada vez mais demandadas no cotidiano dos(as) professores(as) da Educação Básica. Com a suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social resultante das medidas de pre-

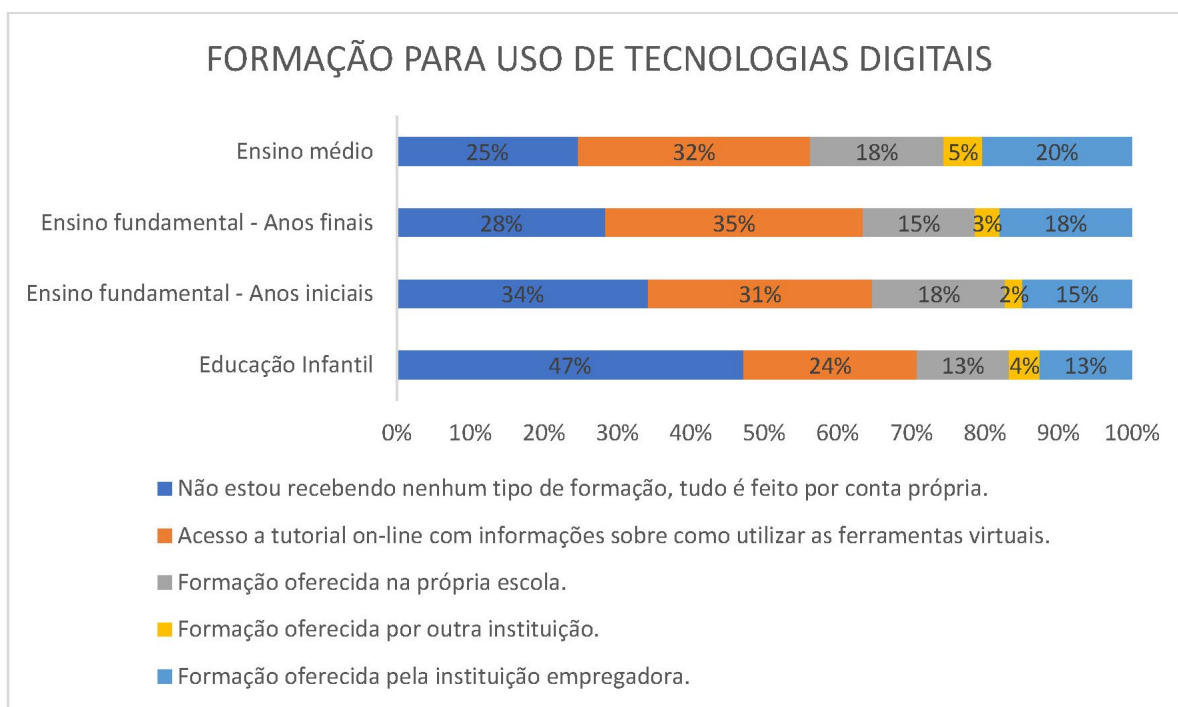
venção à COVID-19, o domínio dessas tecnologias tornou-se necessidade básica. Entretanto, seu uso não estava disseminado no cotidiano escolar, como é demonstrado pela pesquisa quando se observa que a maior parte dos docentes não possui experiência anterior com ensino remoto.



Consta-se que a experiência com a realização de aulas remotas é maior entre os docentes do Ensino Médio, em que 2 a cada 10 professores possuem experiência com esse tipo de aula.

A ausência de experiência se reflete nos resultados referentes ao nível de

dificuldade em lidar com novas tecnologias. Entre os docentes do Ensino Médio, 38% afirmaram possuir facilidade para o seu uso, enquanto, nas outras etapas, o percentual de respondentes com facilidade para usar novas tecnologias ficou em torno dos 30%.



As dificuldades são ainda maiores quando os(as) docentes não receberam formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas. Ao analisar os dados referentes às etapas da Educação Básica, observa-se uma diferença significativa em relação aos docentes que não receberam formação para utilização de novas tecnologias. Na Educação Infantil, o percentual é de 47% de do-

centes sem formação. O percentual vai diminuindo com o avanço das etapas, chegando a 25% no Ensino Médio.

Entre os(as) professores(as) que relataram ter participado ou estavam participando de atividades de formação para o uso de tecnologias digitais, a maior parte respondeu ter acesso somente a tutoriais *on-line* com informações sobre como utilizar as ferramentas virtuais, o que demonstra a precariedade dessa formação recebida.

2.2 Novas configurações da atividade docente

Em relação ao trabalho dos docentes da Educação Básica em instituições privadas no país após o distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19, observa-se que, mesmo

com o distanciamento social, a maior parte dos professores continua a desenvolver as atividades de forma remota (96,5%).



2.3 Desenvolvimento de atividades escolares remotas

Conforme citado acima, 96,5% dos(as) participantes da pesquisa passaram a realizar atividades remotas de ensino em função do rearranjo de trabalho provocado pela pandemia de COVID-19. Do total dos(as) participantes, 92,7% responderam realizarem as atividades remotas em casa, enquanto apenas 4,1% as desenvolvem na escola. Cabe res-

saltar, porém, que se trata de uma situação nova e inesperada, que não contaram com um planejamento prévio e uma preparação específica. Seguem, adiante, as percepções dos(as) docentes sobre os recursos utilizados para a realização do trabalho a distância, o suporte oferecido, a forma de organização do trabalho e o relacionamento com os estudantes.

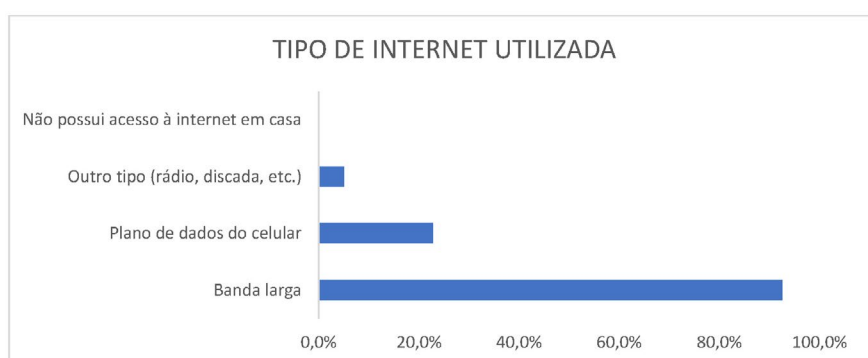
2.4 Recursos tecnológicos

Uma questão bastante presente na discussão sobre o trabalho docente remoto é a disponibilidade dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades. Os equipamentos e materiais utilizados nesse trabalho devem ser de responsabilidade do empregador, entretanto, dada a emergência da pandemia, esses profissionais têm

realizado seu trabalho contando com seus próprios meios. Entre os respondentes da pesquisa, 90% dos docentes afirmaram possuir recursos, em casa, para ministrar aulas não presenciais. Destes, pouco menos da metade compartilha os recursos com outras pessoas no domicílio e, a outra parte, faz uso exclusivo dos recursos tecnológicos.



A maior parte dos(as) docentes entrevistados(as) utiliza o *notebook* para realizar suas aulas (84,8%), seguido do celular (76%).



Cerca de 9 a cada 10 docentes entrevistados utilizam internet banda larga para realização de suas aulas, enquanto 22,8% responderam utilizar o plano de dados do celular.



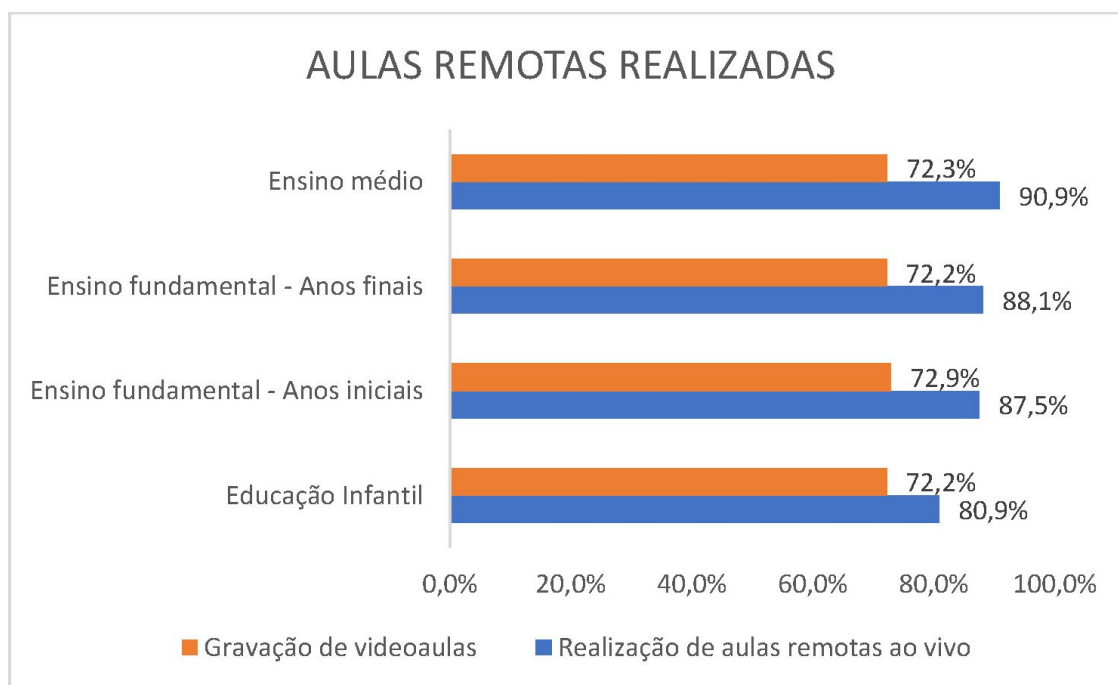
2.5 Atividades desenvolvidas

Os formatos de aula remota disponibilizados aos estudantes não se diferenciam entre as etapas da Educação Básica. Como a pergunta permitia várias opções de resposta, vemos que as aulas remotas ao vivo são mais utilizadas no Ensino Médio, 9 em cada 10 docentes utilizam esse formato; percentual maior que na Educação Infantil, 8 em cada 10 docentes.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento das atividades não presenciais contempla diversas outras ações, como é o caso da elaboração e correção de

atividades e a participação em reuniões. Entre os(as) respondentes, 9 a cada 10 docentes elaboram atividades para serem enviadas aos estudantes, neste período de interrupção das aulas presenciais.

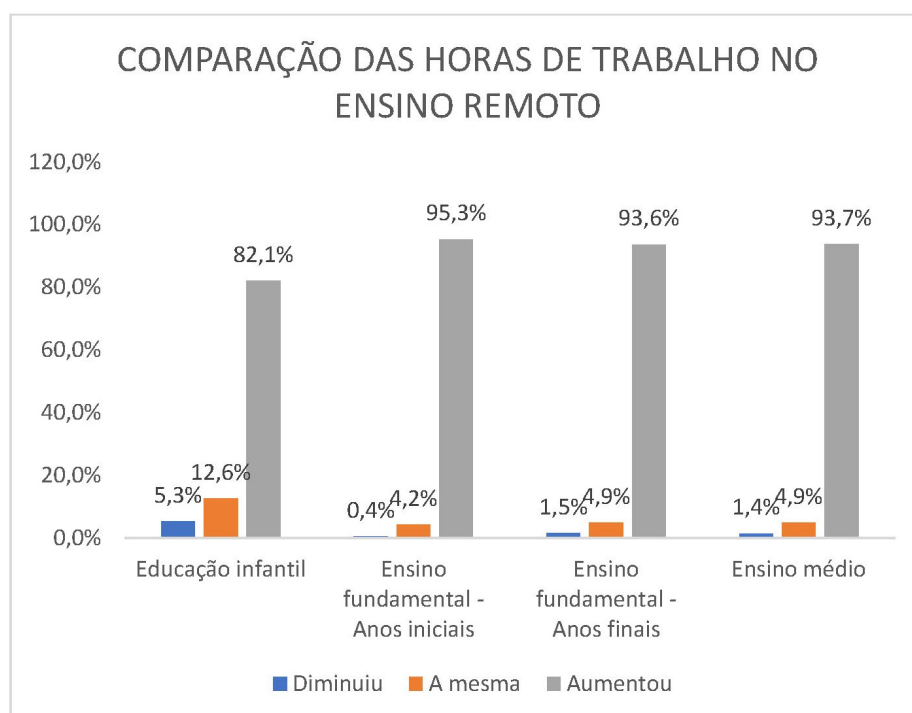
A leitura e a correção de trabalhos enviados pelos estudantes foram apontadas como atividades desenvolvidas por 70% dos respondentes. A realização de reuniões com os gestores da escola foi informada por 84%; enquanto 74% participam de reuniões com os colegas de trabalho.





Tendo em vista as diferentes tarefas realizadas para o ensino remoto, a percepção dos docentes em relação às mudanças na sua rotina de trabalho atual em comparação com as atividades desenvolvidas nas aulas presenciais foi de aumento das horas de trabalho.

Apesar de a percepção de aumento das horas trabalhadas ser predominante em todas as etapas da Educação Básica, na Educação Infantil, esse percentual ficou abaixo das demais, sendo apontada por 82,1% dos(as) entrevistados(as), enquanto, nas outras etapas, ficou acima dos 90%.





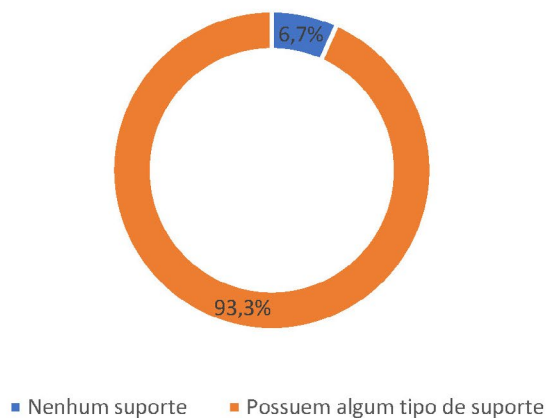
3. SUPORTE INSTITUCIONAL

3.1 Suporte oferecido pela rede/escola

Apenas 6,7% dos(as) entrevistados(as) afirmaram não receber nenhum tipo de suporte da sua rede/escola. Entre os suportes recebidos, a metade dos entrevistados respondeu receber a disponibilização

de uma plataforma ou aplicativo pedagógico (ambiente virtual de aprendizagem). 26,4% declararam receber apoio pedagógico, enquanto 14,6% responderam receber materiais impressos para estudantes e professores.

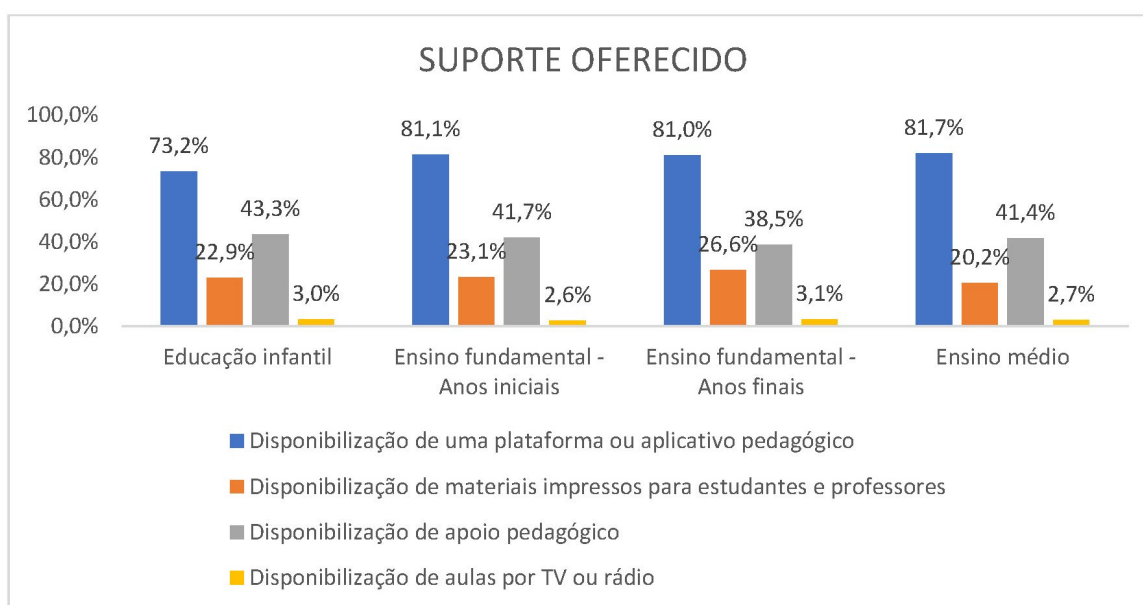
SUPORTE OFERTADO PELA REDE/ESCOLA





Em relação ao tipo de suporte oferecido para cada etapa da Educação Básica, apesar de a disponibilização de plataforma ou aplicativo pedagógico ser apontada pela maior parte dos(as) entrevistados(as), é possível observar uma diminuição no percentual dos respondentes que indicaram esse suporte na Educação Infantil em rela-

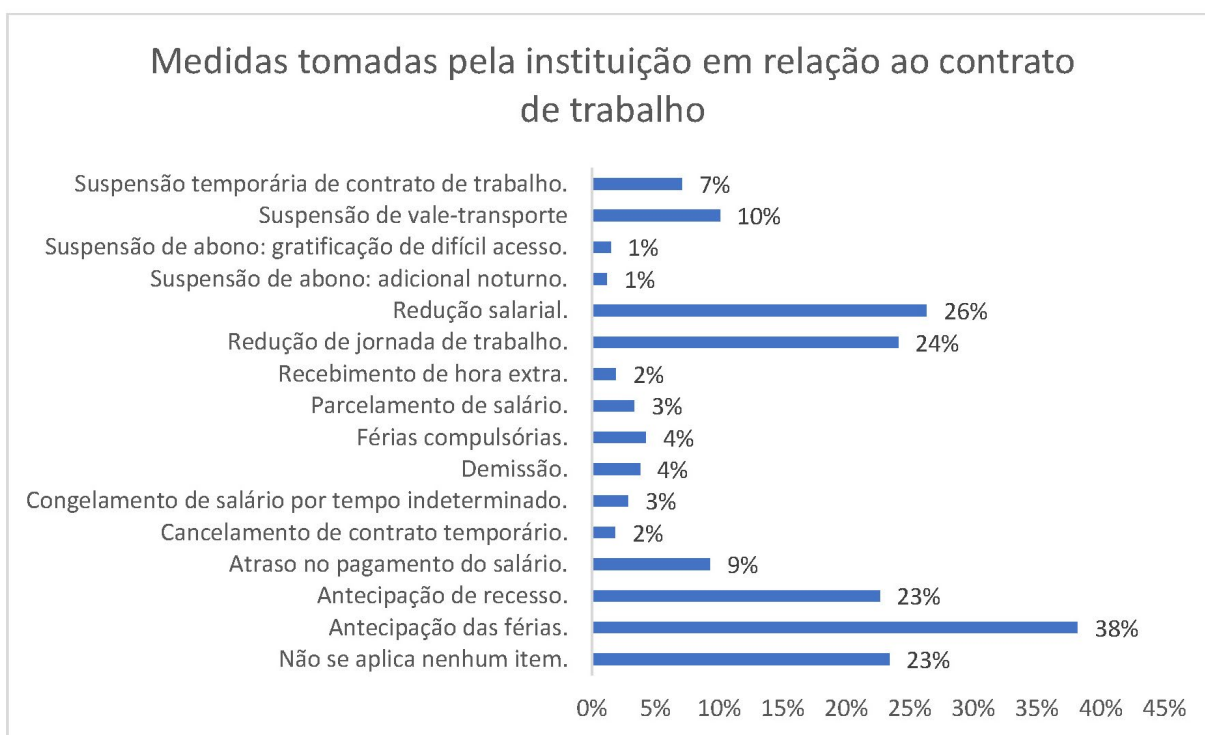
ção às outras etapas. Enquanto nas demais etapas esse valor ficou em torno de 81%, na Educação Infantil, foi de 73%. Da mesma forma, a disponibilização de materiais impressos para estudantes e professores teve um valor ligeiramente mais elevado entre os(as) respondentes que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental.





3.4 Contrato de trabalho e benefícios

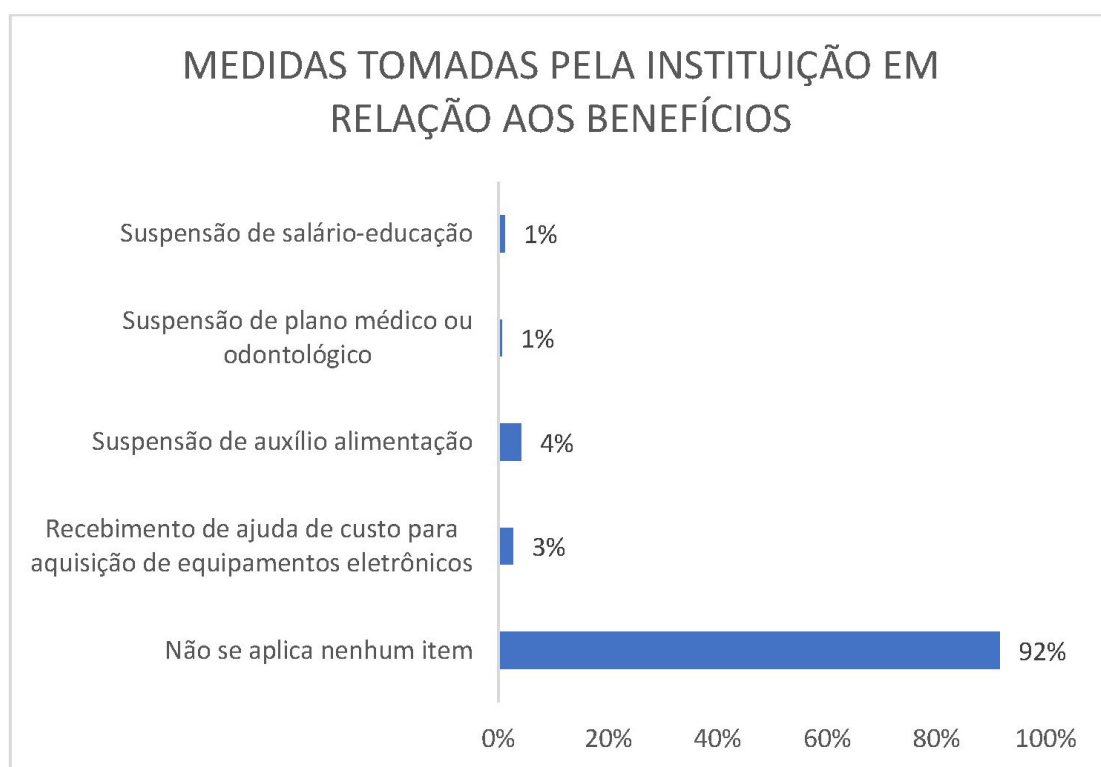
As regras que regem os contratos de trabalho e garantem os benefícios dos(as) trabalhadores(as) também é alvo de preocupação nesse contexto incerto de pandemia. Apenas 23% dos(as) entrevistados(as) afirmaram que a escola não tomou nenhuma medida em relação ao contrato de trabalho devido à suspensão das aulas. Entre as medidas tomadas, 38% apontaram a antecipação das férias; um em cada quatro docentes indicou redução salarial e a mesma proporção de respondentes assinalou a redução da jornada de trabalho.





Sobre medidas tomadas pela instituição em relação aos benefícios em função da suspensão das aulas presenciais, a maior parte dos(as) entrevistados(as) (92%) respondeu não

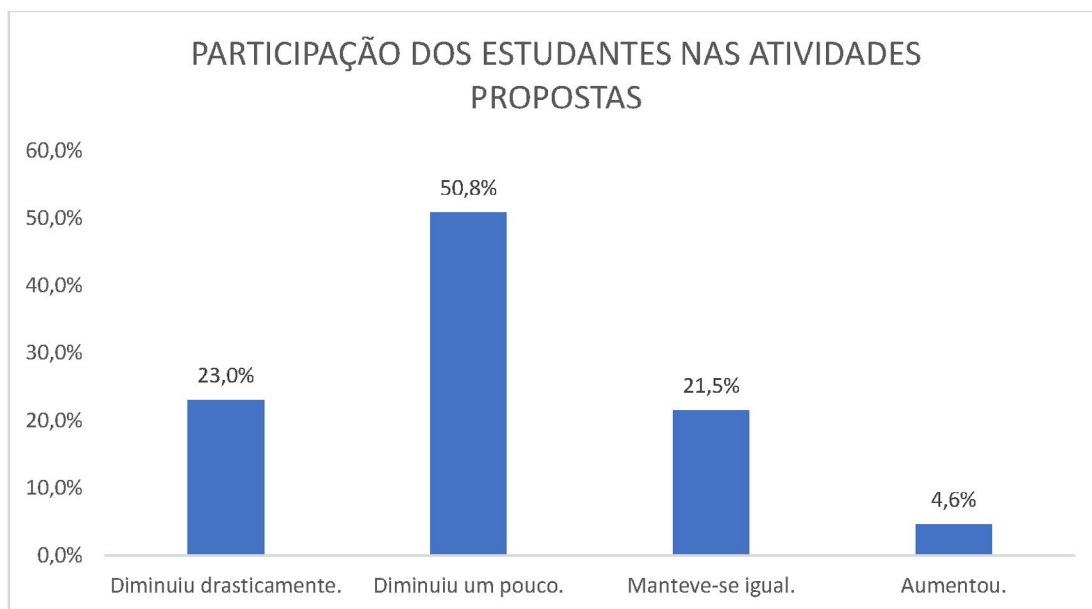
ter havido mudanças, enquanto 4% apontaram a suspensão de auxílio alimentação. Apenas 3% mencionaram ter recebido ajuda de custo para aquisição de equipamentos eletrônicos.





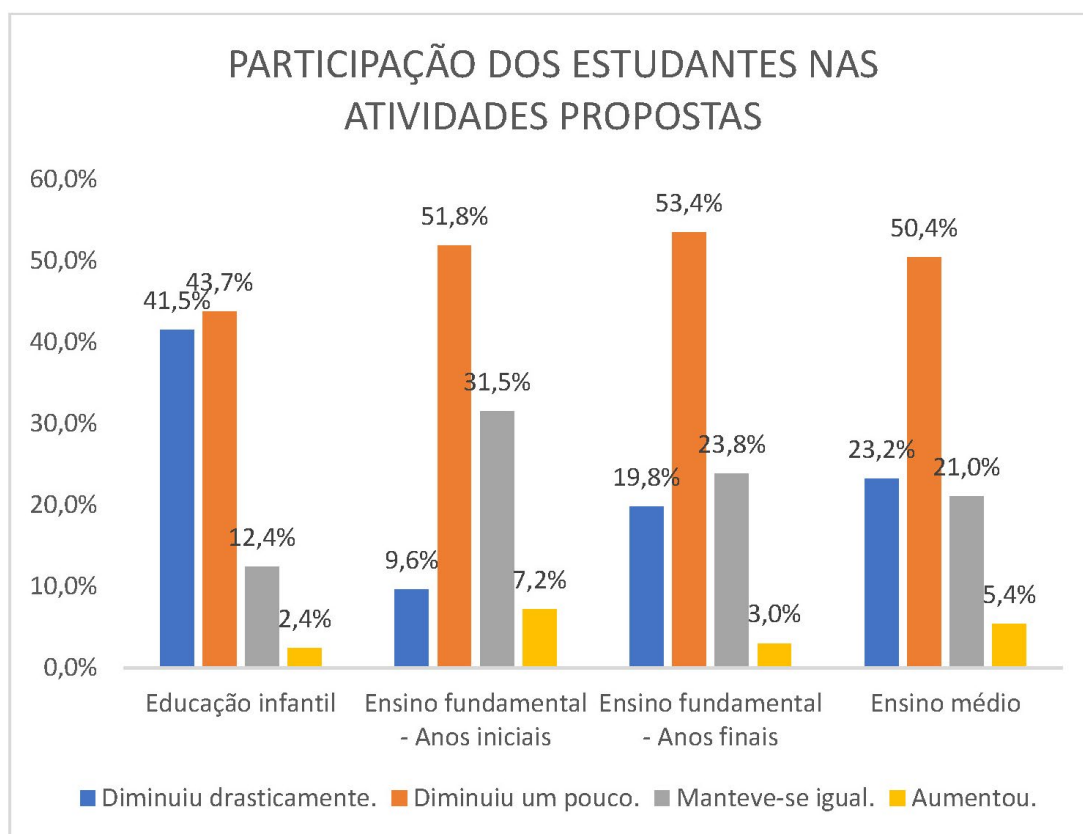
4. RELAÇÃO COM OS ESTUDANTES

Uma das preocupações centrais no debate sobre o trabalho docente remoto envolve a participação dos estudantes, já que o aproveitamento dessas atividades será decisivo no retorno às aulas presenciais. A percepção da maior participação dos(as) docentes entrevistados é que houve diminuição da participação dos(as) estudantes nas atividades propostas, sendo importante ressaltar que 1 a cada 4 docentes aponta que ocorreu diminuição drástica dessa participação.



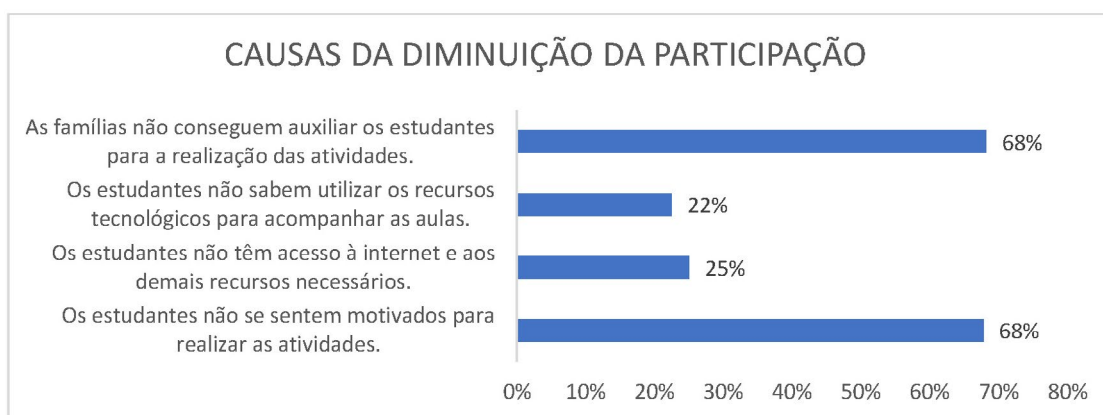
A diminuição da participação foi percebida de forma mais drástica na Educação Infantil, 41,5% dos(as) entrevistados. Essa diminuição foi menos sentida entre os(as) docentes dos anos

iniciais do Ensino Fundamental, 38% responderam que a participação manteve-se igual ou até mesmo aumentou nas atividades.



Em relação às causas para a diminuição da participação dos estudantes nas atividades, as principais opções apontadas pelos(as) entrevistados(as) foram a incapacidade das famílias em auxiliar os estudan-

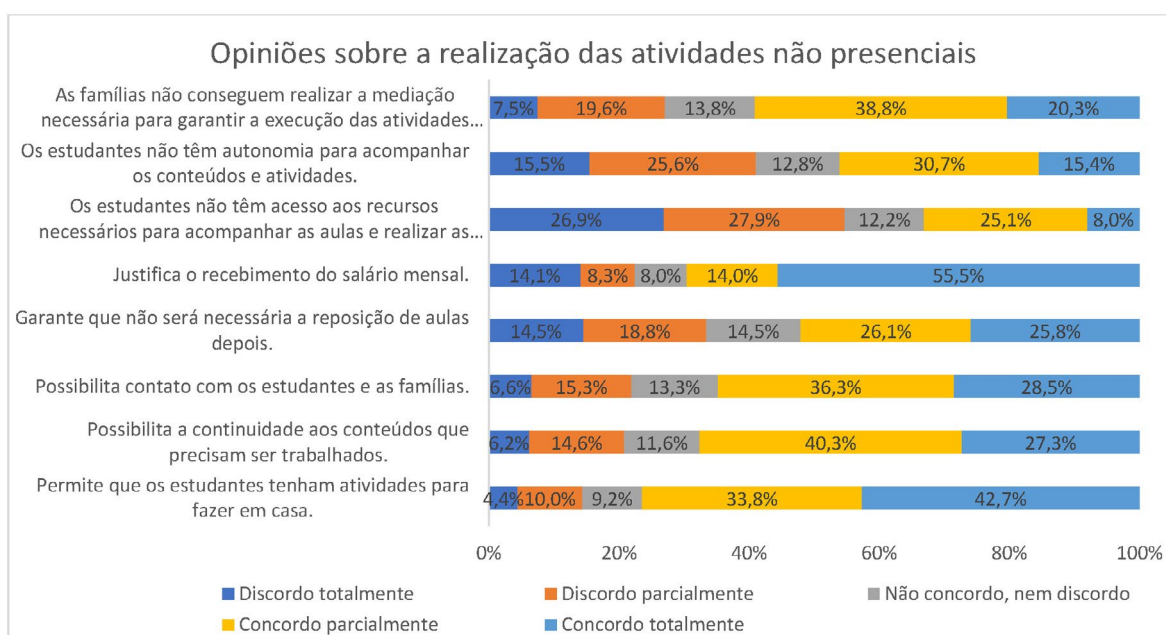
tes para a realização das atividades e a falta de motivação dos estudantes para realizar as atividades. Ambas as opções foram apontadas por 7 em cada 10 entrevistados(as).





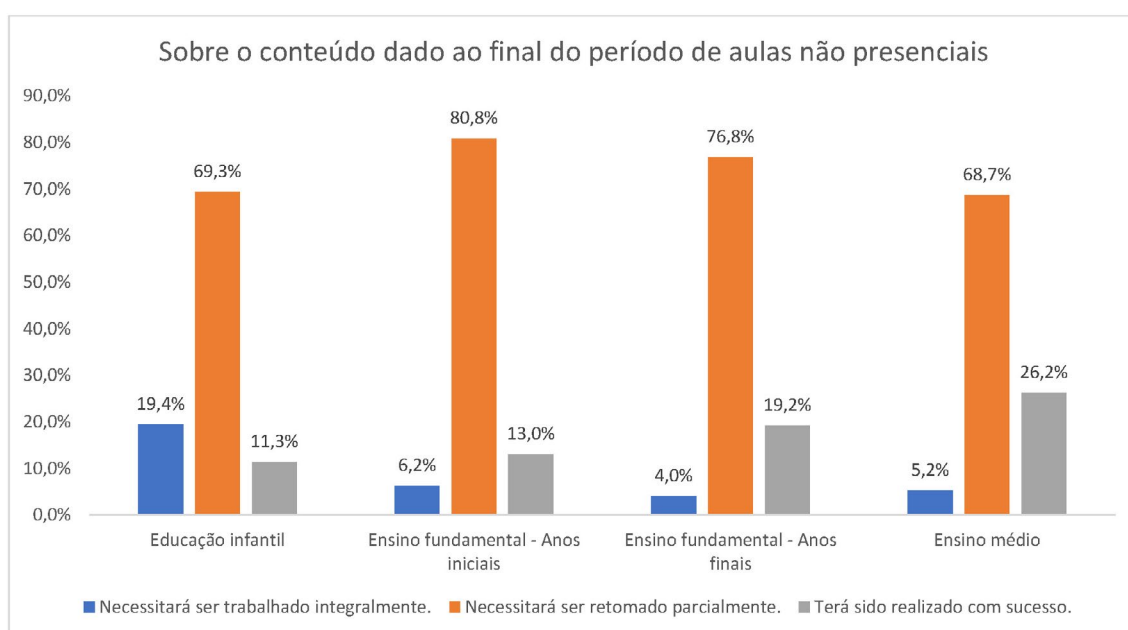
Sobre a concordância dos(as) entrevistados(as) em relação aos enunciados apresentados relativos à realização das atividades não presenciais, 6 em cada 10 respondentes concordam que as famílias não conseguem realizar a mediação necessária para garantir a execução das atividades propostas; 46% concordam que os estudantes não têm autonomia para acompanhar os conteúdos; pouco mais da metade acredita que os estudantes possuem acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas e realizar as atividades; 7 em cada 10 entrevistados concordam que

as atividades não presenciais justificam o recebimento do seu salário mensal; a metade dos(as) docentes concorda que o trabalho remoto garante que não será necessária a reposição das aulas depois, enquanto 68% consideram que o trabalho remoto possibilita a continuidade dos conteúdos que precisam ser trabalhados; 65% dos(as) entrevistados(as) acreditam que as atividades possibilitam contato com os estudantes e suas famílias; e 76% concordam que as atividades remotas permitem que os estudantes tenham atividades para fazer em casa.



Sobre a necessidade de retomada do conteúdo trabalhado ao final do período de aulas não presenciais, apesar de a maior parte dos(as) respondentes de todas as etapas da Educação Básica concordar que haverá necessidade de ser retomado parcialmente, é possível observar que o percentual de respondentes que

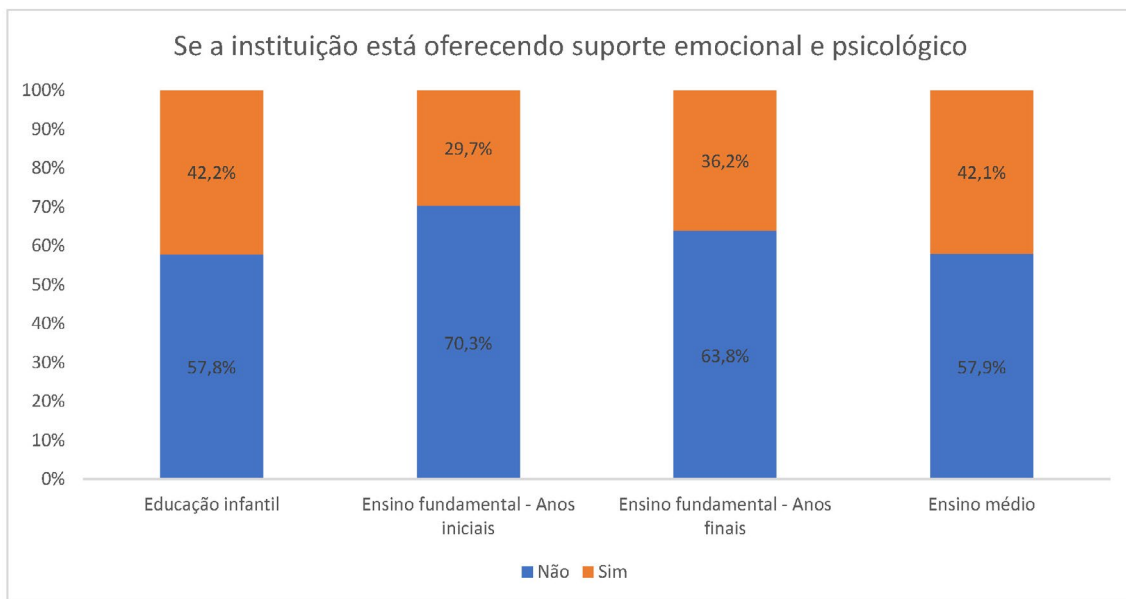
acredita que o conteúdo terá sido realizado com sucesso aumenta à medida que se avançam nas etapas, indo de 11,3% na Educação Infantil para 26,2% no Ensino Médio. Na Educação Infantil, também está o maior percentual de docentes que afirmam que o conteúdo necessitará ser trabalhado integralmente (19,4%).



5. SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO NOVO CONTEXTO DE TRABALHO

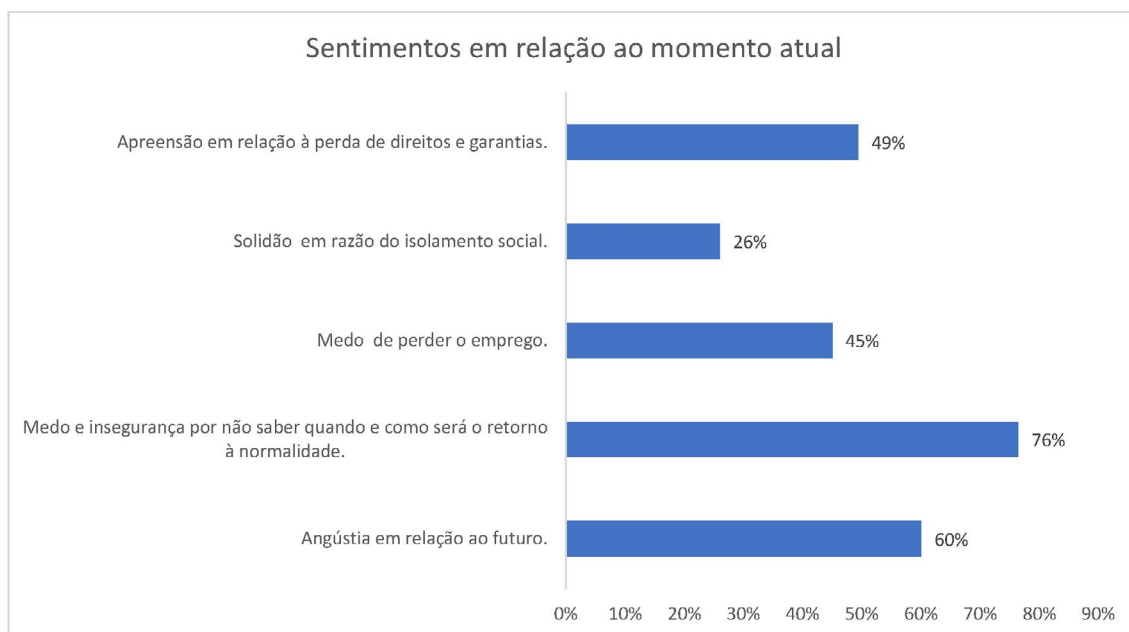
Sobre o suporte emocional e psicológico oferecido pela instituição empregadora aos docentes, é possível observar que ele esteve mais presente entre os(as) docentes da Educação Infantil e Ensino Médio; 42% dos

respondentes de cada uma dessas etapas afirmaram receber suporte. No Ensino Fundamental, o percentual de docentes que responderam receber tal suporte é menor nos anos iniciais (29,7%) que nos anos finais (36,2%).



O sentimento de medo e insegurança por não saber quando e como será o retorno à normalidade, bem como a angústia em relação ao futuro foram as percepções mais apontadas pelos(as) docentes no que se refere à atual situação de tra-

balho. Cabe ressaltar também que o medo de perder o emprego e a apreensão em relação à perda de direitos estão entre as respostas mais indicadas, atingindo pouco menos da metade dos entrevistados.





NOTAS CONCLUSIVAS

A pesquisa evidenciou uma série de questões que necessitam de atenção e discussão no tocante às condições de trabalho dos(as) docentes das instituições privadas. Os(as) profissionais passaram a se adaptar a novas formas de organização das suas atividades em função da suspensão das aulas presenciais, sem planejamento prévio, obviamente, já que a pandemia nos pegou de surpresa, mas também, em muitos casos, sem o devido suporte e a formação necessária, que deveriam ser oferecidos por parte das instituições empregadoras.

Os resultados desta pesquisa deverão ainda ensejar novos estudos e análises no âmbito acadêmico que poderão contribuir para o conhecimento desta situação nova. Por enquanto, consideramos que as informações fornecidas pela pesquisa são relevantes para se considerar no momento do retorno às atividades presenciais e que seus resultados apresentam importantes subsídios para conhecer um pouco mais a realidade do trabalho remoto neste instante de pandemia, mas também sobre as condições dos docentes de instituições privadas de ensino, sobre as quais se encontram muitas lacunas na pesquisa educacional.

Esperamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para a elaboração de políticas consequentes que promovam a melhoria das condições de trabalho desses profissionais e da oferta educativa de seus estudantes.



www.gestrado.net.br

[instagram.com/gestradoufmg](https://www.instagram.com/gestradoufmg)

[facebook.com/gestradoufmg](https://www.facebook.com/gestradoufmg)

Av. Antonio Carlos, 6627 - UFMG Campus Pampulha - Belo Horizonte (MG) - Brasil - CEP: 31270-901